

ANAIS DO
V SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

**PORTOS, ROTAS E
COMÉRCIO**

VOLUME II

XXXV
Coleção da *Revista de História*
sob a direção do Professor
E. Simões de Paula.



São Paulo — Brasil
1971

O MUSEU IMPERIAL E A UTILIZAÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS (*).

MARIA AMÉLIA PÔRTO MIGUEIS

Chefe da Divisão de Documentação Histórica do Museu Imperial.

Realizando-se em território paulista êste V Simpósio Nacional da Associação dos Professôres Universitários de História, não poderia deixar de tomar, como ponto de partida, para a Comunicação que trago, em nome do Museu Imperial, órgão do Ministério da Educação e Cultura, sediado em Petrópolis, o trabalho pioneiro que foi iniciado pelo Centro de Documentação Histórica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

As professôras Dulce Helena Pessoa Ramos e Raquel Glezer, da Universidade de São Paulo, destacam as duas funções do Centro:

“salvaguardar o acervo documental histórico dos arquivos públicos e particulares, dispersos pelo Brasil e auxiliar tècnicamente através de suas máquinas e de uma equipe especializada, os pesquisadores interessados”.

2. — Reunindo-se aqui, num encôntro de âmbito nacional, professôres que debaterão a temática do *Levantamento das fontes primárias*, gostaria de chamar a atenção para a iniciativa dessa unidade da Federação, nascida sem dúvida alguma da constatação de uma ausência completa de política arquivística no país, como se deduz das palavras das referidas professôras no preâmbulo de sua Comunicação:

“O Centro de Documentação Histórica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, fundado em 1966, corresponde à concretização do ideal de várias gerações de historiadores, que desde há muito sentiam a necessidade de um organismo especializado no arquivamento e preservação de nosso acervo documentário, disperso em condições precárias pelo país”.

(*) — Comunicação apresentada na 6ª Sessão de Estudos, Equipe B, no dia 5 de setembro de 1969 (Nota da Redação).

3. — Na oportunidade dêste encontro, antes de apresentar o trabalho no qual, também nesse campo, vem-se empenhando o Museu Imperial, desejaria trazer alguns elementos para possíveis debates e acolhida de recomendações, no sentido de um real aproveitamento dos esforços que começam a frutificar no levantamento sistemático das fontes primárias. E essas iniciativas estão se multiplicando, de fato. Um grupo de professores da Universidade Federal de Minas Gerais, acaba de fundar nessa entidade um Instituto de Pesquisa Documental, no intuito de realizarem um programa de estudos das fontes diretas de interesse para a historiografia mineira.

4. — A primeira constatação é, por conseguinte, a da necessidade de

“preservação do nosso acervo documentário, disperso em condições precárias pelo país”,

nas palavras das professoras Dulce Ramos e Raquel Glezer. Às quais acrescento as do Prof. Francisco de Assis Barbosa, em artigo publicado no *Jornal do Brasil* de 24-25 de agosto do corrente ano, Caderno Especial. Louvando o que historiadores norte-americanos têm empreendido sobre o Brasil, expressa sua admiração:

“Se levarmos em conta o pouco que ensinamos e pesquisamos, o muito pouco que publicamos, em meio à indiferença, não direi multicultural, mas caracteristicamente tropical — ou tropicalista — pela defesa do nosso patrimônio documental, hoje bastante reduzido e fadado a desaparecer, diante do desprezo impressionante com que governos e instituições encaram os problemas relativos à guarda de documentos e conservação dos arquivos”.

5. — A fase de levantamento, de inventariação, das fontes está condicionada, obviamente, à existência do que inventariar. E essa existência está ameaçada na sua integridade por falta de uma política de preservação. É uma questão de sensibilidade a um valor ainda não devidamente levado em consideração. Como julgo que aos professores de História cabe grande parte de responsabilidade pelo estabelecimento dêsse valor, aproveito a oportunidade para trazer ao conhecimento dos presentes a tentativa que, no âmbito legislativo da União, foi realizada à época do governo João Goulart.

Pela Portaria de nº 316-B, de 7 de novembro de 1961, do Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, foi instituída uma Comissão incumbida de estudar a situação dos arquivos do país, públicos e privados, e formular um projeto de lei que consubstanciasse as medidas necessárias a uma política racional de preservação e utilização do patrimônio documental da nação. Integravam a Comissão, Documentaristas, Arquivistas, Técnicos de Administração e Historiadores.

6. — Do Relatório da Comissão, encaminhando o projeto de lei que propunha a instalação de um Sistema Nacional de Arquivos, a ser executado através de um conselho Nacional de Arquivos, transcrevo os seguintes parágrafos:

“O exame da situação dos arquivos públicos evidenciou seu desaparecimento material e pessoal, além da premente necessidade de assistência técnica. As falhas particulares eram sobretudo agravadas pela ausência de uniformidade de orientação técnica e normativa, envolvendo a falta, inclusive, de elementares medidas de defesa do patrimônio documental do país. Assim, a par da inexistência de uma política coerente de recolhimento, defrontava-se enorme tumulto no referente à classificação, à seleção e à eliminação de documentos” (§ 4). “Enquanto massas documentais de valor ignorado apodrecem em depósitos sem condições mínimas para sua destinação, papéis públicos, sem prévia submissão a critérios seletivos, foram alienados, até a pêsso, a particulares” (§ 6). “Os extravios sem conta chegam ao auge com o desaparecimento de originais das Constituições de 1934 e 1946, bem como da Emenda Constitucional nº 1, que, apesar de todos os esforços do Arquivo Nacional, não se conseguiram localizar” (§ 7). “Irremediável, porém, é a perda da documentação destruída por repartições várias, com os fundamentos mais exdrúxulos. Um fato típico ilustra o prejuízo sofrido, neste setor, pela nação: os arquivos da Alfândega do Rio de Janeiro, até 1930, foram queimados. Suprimiu-se, de golpe, a documentação básica para o conhecimento de toda uma fase da História econômica do Brasil, sabido que o pôrto do Rio foi aquêle através do qual se plasmou a unidade nacional” (§ 8).

7. — A lei em projeto procurava estabelecer os meios adequados a uma política arquivística visando não só a salvaguarda, a preservação, mas igualmente o tratamento técnico adequado do patrimônio documental. Propunha uma reformulação da estrutura do Arquivo Nacional e, através do Conselho Nacional de Arquivos, com representação dos arquivos públicos federais, estaduais e municipais, através de convênios, seria executada gradativamente a integração patrimonial sujeita a orientações normativas para defesa de sua integridade e estabelecimento de instrumentos de busca eficazes.

Os arquivos das instituições privadas, bem como os pertencentes a pessoas físicas e famílias, também estariam sujeitos à vinculação ao Sistema através do Registro Nacional de Arquivos. Não poderiam ser legados, transferidos a terceiros, alienados ou destruídos sem conhecimento do Arquivo Nacional que teria o direito de opção final de compra. Sabe-se que têm vendidas para o exterior muitas coleções da valor histórico. E, na ausência de medidas mais sistemáticas sobre o assunto, o atual governo proibiu essa evasão através da Lei de nº 5471 de 9 de julho de 1968. Mas, a simples proibição, sem os instrumentos adequados de controle torna-a, praticamente letra morta.

Por outro lado, no atual projeto de reforma administrativa do Ministério da Justiça, está prevista a criação do Conselho Nacional de Arquivos, mas não há notícias sobre modificações eventualmente introduzidas no projeto de 1961 nem sobre as pessoas que no atual projeto trabalharam ou trabalham.

8. — Chegamos, assim, à conclusão de que não dispomos de recursos legais adequados ao problema da preservação do patrimônio arquivístico nos moldes dos existentes em outros países (Estados Unidos, França, Holanda, URSS e outros) e, mesmo entre nós, nos moldes do que já se faz em relação ao patrimônio histórico e artístico nacional, sujeito ao tombamento e orientação técnica da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão normativo do Ministério da Educação e Cultura.

9. — Mas, eis-nos ocupados neste Simpósio com o problema da fase seguinte: o levantamento. Em que medida os arquivos públicos do país mantém instrumentos de busca adequados e atualizados para utilização de seus acervos? É precaríssima a situação. E torna-se impossível a qualquer pesquisador certificar-se de ter consultado tudo o que, em determinado acervo, lhe interessaria de vez que a maior parte não dispõe de inventários, catálogos, repertórios, listas, calendários, enfim, de qualquer tipo de instrumento de busca efetivamente atualizado.

No Arquivo Nacional, o pesquisador só tem acesso à parte classificada. Mas é muitas vezes maior a parte que não o está! No caso do Museu Imperial, temos o Inventário para o Arquivo da Família Imperial, o Catálogo para essa mesma coleção até o Primeiro Reinado. A coleção dos papéis do 2º marquês de Paranaguá, João Lustosa da Cunha Paranaguá (Senador e Conselheiro do Império) está toda classificada e catalogada. Mas não divulgada. E ainda nos falta muito que fazer no tocante às demais coleções que integram o nosso patrimônio documental de cerca de oitenta mil peças.

10. — E os arquivos privados e os pertencentes a particulares? Arquivos de cartórios, de entidades religiosas, de instituições culturais e econômicas? Em Petrópolis, a Companhia Imobiliária de Petrópolis, sucessora da antiga Fazenda Imperial, possui um patrimônio riquíssimo para a história territorial local. Mas não dispõe de qualquer meio de busca, dependendo sua consulta do conhecimento, por parte de seus funcionários, do arranjo dos documentos nas estantes e prateleiras. O arquivo particular de D. Pedro de Orléans e Bragança, no Palácio Grão-Pará, também em Petrópolis, tem sido consultado por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, por especial deferência de seu proprietário, mas igualmente não dispõe de qualquer inventário ou outro meio de controle.

11. — Surgem então, as iniciativas do gênero das mencionadas no início desta Comunicação. Buscando soluções. Gostaria, to-

via, de perguntar: como esperam operar? seguindo que métodos, que campo pretendem abranger? sem um mínimo de coordenação dos esforços, não haverá duplicação de trabalhos? ou, por outro lado, não haverá omissões significativas por falta de conhecimento prévio dos acervos a serem levantados? que planos terão sido estabelecidos para a divulgação dos trabalhos a serem realizados, tornando-se conhecidos de quantos se interessam pelo assunto? como centralizar os resultados dos levantamentos efetuados, em termos das modernas exigências da informática?

Porque, sem uma ação de certa maneira conjugada, teremos igualmente dispersão no campo dos resultados obtidos.

12. — Na qualidade de representante do Museu Imperial neste Simpósio, cabe-me trazer-lhes ao conhecimento dois empreendimentos nossos sobre os quais farei uma breve exposição e, procurarei externar o que julgáremos oportuno tentar fazer em termos de cooperação neste terreno.

O primeiro empreendimento foi o estabelecimento de um *Curso de Elementos de Técnica de Pesquisa de História*, em convênio com a Universidade Católica de Petrópolis. Tendo sentido, inclusive pessoalmente, o quanto de puramente teórico era ministrado na cadeira de “Introdução aos Estudos Históricos”, do Curso de História, não só nesta Universidade como nas do Estado do Rio e da Guanabara; tendo, por outro lado, observado o preparo de jovens pesquisadores norte-americanos e ingleses que, sobretudo nestes últimos três anos, têm trabalhado em nosso arquivo histórico, sentimos a necessidade de propiciar aos nossos estudantes um mínimo de possibilidade prática de trato direto com as fontes documentais. Assim, com grande receptividade de direção da Universidade Católica de Petrópolis firmamos o referido convênio, com dois objetivos fundamentais: o do preparo técnico de pesquisadores no campo da História (com ênfase na História do Brasil) e o de ministrar subsídios eminentemente práticos ao estudo da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos.

Tivemos vinte e três alunos aprovados no ano de 1968 e temos 15 alunos freqüentando o que neste ano se realiza. O currículo, distribuído em duas Unidades com a duração de três meses cada um, compreende as seguintes matérias: Unidade I — Elementos de Técnica de Pesquisa Documental e Bibliográfica:

1. — Os repositórios documentais e bibliográficos (Nacionais e estrangeiros); 2. — Tipos de fontes documentais (Diplomáticas, Iconográficas e Cartográficas), 3. — Tipos de instrumentos de pesquisa para o acesso às fontes documentais; 4. — Os principais elementos integrantes das fontes documentais; 5. — Tipos de fontes bibliográficas; 6. — Tipos de instrumentos de pesquisa para o acesso às fontes bibliográficas; 7. — Os principais elementos integrantes das fontes bibliográficas.

Unidade II. — Elementos de disciplinas auxiliares da História: 1. — Numismática (Introdução geral e histórico, Numismática portuguesa e brasileira); 2. — Metrologia (Padrões de conversão das antigas unidades de pêso, medida, valor monetário e outras); 3. — Cronologia; 4. — Heráldica; 5. — Sigilografia; 6. — Artes Menores; 7. — Problemas de valor (Artístico e histórico).

As aulas são ministradas no próprio Museu, tendo os alunos a oportunidade de visualização e/ou manuseio das peças atinentes às matérias, podendo assim ajuizar mais concretamente do valor que representam do ponto de vista pedagógico e documental.

Este Curso representa a primeira etapa que nos prepara ao segundo empreendimento, ora em fase de ultimação. Trata-se da instalação de um *Centro de Pesquisa de História*. Empreendêmo-lo também através de um projeto de Convênio do qual são partes: o Instituto Histórico de Petrópolis, a Universidade Católica de Petrópolis, O Museu Imperial e a Prefeitura Municipal de Petrópolis, através da sua Secretaria de Educação e Cultura. Já está devidamente autorizado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, devendo sua assinatura realizar-se dentro de breves dias.

A motivação foi a mesma que presidiu à criação do Centro de Documentação Histórica de São Paulo, do Instituto de Pesquisa Documental da UFMG e, talvez, de outras iniciativas semelhantes das quais, todavia, não tenho conhecimento. O objetivo é o estudo, a pesquisa e a divulgação da história petropolitana e fluminense. A idéia central foi a de conjugar os esforços de instituições locais, contribuindo cada uma com sua parcela de responsabilidade para a consecução do objetivo apontado.

Ao Instituto Histórico de Petrópolis incumbe o planejamento, organização e direção dos trabalhos, através da indicação de um dos seus membros como Coordenador-geral. O Museu Imperial cede um dos seus imóveis para a instalação e funcionamento do Centro, além de colocar seus funcionários especializados (Bibliotecários, Documentaristas e Conservadores) à disposição dos trabalhos de levantamento e pesquisa que se realizarem. À Universidade Católica de Petrópolis cabe indicar membros de seus corpos docente e discente para integrarem o Centro de Pesquisa e colaborar com a franquia dos seus serviços gráficos para a divulgação dos trabalhos que forem sendo realizados. A Prefeitura Municipal de Petrópolis, através da sua Secretaria de Educação e Cultura concede uma dotação anual correspondente a vinte salários mínimos para atendimento de despesas decorrentes do funcionamento do Centro.

Nos termos do Convênio o Centro pode, e deve, articular-se com tôdas as instituições congêneres do território fluminense para cobrir o campo delimitado nos seus objetivos.

13. — O importante, julgamos, é a ênfase dada ao trabalho em equipe através do entrosamento das instituições locais. O trabalho isolado das entidades, cada vez mais, tende a desaparecer por inadequado às exigências imediatas de comunicação da informação. Assim como hoje, felizmente, está ultrapassada a mentalidade personalista dos “donos do assunto” no campo intelectual, cremos que na esfera institucional o que se impõe é uma conjugação orgânica de atividades. E, no campo do trabalho com as fontes primárias, pensamos que devemos realmente partir de levantamentos dessas fontes para estudos regionais, em todos os níveis, que possibilitassem a longo prazo o estabelecimento de subsídios para as grandes sínteses de âmbito nacional.

14. — Os professôres universitários de História muito poderiam fazer no sentido de incentivar, nas diversas unidades da Federação, êsse gênero de trabalho em equipe. Planejando os levantamentos sistemáticos. Procurando estabelecer um clima de cooperação. Há inúmeros Institutos locais amarrados a velhas concepções das academias fechadas. Ao culto das personalidades. Mas são entidades que poderiam sofrer um impacto da influência dos jovens cultores da História como hoje deve ser entendida. E poderiam colaborar. Teríamos, assim, a possibilidade de ver elaborado um trabalho exaustivo sobre as fontes primárias existentes em seu território, além das possibilidades de realizações mais aprofundadas nos estudos pertinentes à história local.

15. — Pressupondo, entretanto, que paulatinamente essa tarefa venhá a ser empreendida, restaria uma lacuna a cobrir: a centralização da informação. Como sabermos que o Estado X, o município Y, teve seu levantamento efetuado? Que todo o seu respositório foi inventariado?

Os resultados dos trabalhos vão sendo publicados, geralmente, nos diversos órgãos — revistas, boletins, anais — das diferentes instituições; o pesquisador interessado terá primeiro de conhecer-lhes a existência e em seguida compulsá-los. Trabalho fatigante e que toma um tempo precioso. Nem todos — para não dizer que quase nenhum — possuem índices cumulativos. Que poderíamos fazer? Nos Estados Unidos, a *Library of Congress* tomou a si a incumbência de publicar sob a forma de Catálogos o contrôle das coleções de manuscritos existentes nos Estados Unidos e que podem ser consultadas. Trata-se do *The National Union Catalog of Manuscript Collections*, já agora no seu quinto volume.

Não almejaríamos tanto. Mas poder-se-ia sugerir que a Associação dos Professôres de História se propuzesse a articular uma sondagem a respeito da eleição de uma entidade nacional que recebesse cópia dos levantamentos efetuados regionalmente. E que essa entidade os divulgasse regularmente.

Lògicamente essa entidade deveria ser o *Arquivo Nacional*. Haveria ainda duas outras alternativas, a meu vêr: O *Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação*, órgão do Conselho Nacional de Pesquisas, dispõe de amplas facilidades para os trabalhos de divulgação. Criado por decreto presidencial em 1954, é realmente um grande centro nacional de documentação. É verdade que tem emprestado maior ênfase aos campos da ciência pura e da tecnologia, mas em seus estatutos figuram igualmente as ciências sociais. Nesse setor publica a *Bibliografia brasileira de Ciências Sociais*. No seu boletim *Notícias* divulga sistematicamente as teses que são apresentadas nas diversas Universidades brasileiras; lembraria, ainda a *Fundação Getúlio Vargas*. Apreciada por sua atuação no campo das pesquisas de cunho econômico e social, foi a entidade escolhida pelos norte-americanos que realizam estudos sôbre o Brasil para órgão central de recebimento de seus trabalhos.

Seria de grande alcance uma iniciativa dêsse teor: centralizarmos o trabalho ingente que tantos já vêm executando.

Não deveríamos esquecer também a possibilidade de apôio que poderá ser prestado — em têrmos de auxílio financeiro — pelo Conselho Federal de Cultura. Seu atual presidente, o eminente Prof. Arthur César Ferreira Reis, delineou as linhas mestras de sua atuação no discurso de posse no cargo que exercerá até fins do próximo ano:

“Sendo a cultura dinâmica e não estática e de outro lado possuindo um sentido universalista irrecusável, o entrosamento entre todos deve ser a grande tônica ... desejo realizar ... contacto mais assíduos com os Conselhos Estaduais ... vinculação mais íntima com as Universidades, centros estaduais de cultura, Institutos de Pesquisa ... inventário de tôda a atividade cultural que se processa no país ... Faz-se necessário que possibilitemos aos que trabalham nos centros ativos da criação artística, literária, científica nos Estados, Territórios, Municípios, com a nossa participação, aquêles elementos essenciais de que carecem e de que possamos dispor, para que prosigam em suas tarefas”.

E, nosso trabalho assim coordenado, estaria integrando, no plano cultural os esforços em prol da unidade do país dentro do espírito com que ainda o Prof. Arthur César encerrou o seu discurso:

“A unidade do Brasil, ultrapassadas as distâncias regionais, físicas ou não, deverá ser alcançada o mais velozmente possível no ângulo de sua integração cultural, com a consolidação do que era a dispersão ou mera pluralização indefinida ...”.

* *
*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *José Pedro Esposel* (Universidade Federal Fluminense).

Diz que ao cumprimentar a Autora da comunicação pela objetividade de seu trabalho e pelas notícias e sugestões que trouxe ao Simpósio, gostaria de tecer algumas considerações sobre os arquivos que, conquanto nada acrescentem de original à matéria, representam, todavia, uma posição a ser assumida — corajosa e insistentemente — para a salvaguarda, a preservação e utilização de um acervo cuja perda trará conseqüências sérias e irreparáveis para a causa da História nacional.

Todos têm conhecimento do abandono de nossos arquivos. Evidentemente nesse aspecto estamos bastante atrasados em relação àquelas nações de forte tradição histórica. As observações trazidas, ao nosso conhecimento pela equipe do Paraná, relativas ao abandono de sua massa documental reflete, com maior ou menor intensidade, a situação de todo o Brasil, que está perdendo a cada dia, numa proporção assustadora, o pouco que resta de seus maltratados papéis.

Diz ainda que se faz necessário, antes de mais nada, alterar toda uma mentalidade — injusta, errônea, inconveniente, imperando no mais distante rincão e nas mais florescentes cidades, nos escalões administrativos e difundida mesmo entre o povo — sobre o papel e as importâncias dos arquivos.

Declara que deixará para outra ocasião a discussão das providências adequadas para a superação do problema, mas quer lhe parecer que um primeiro passo a ser dado seria sensibilizar o governo federal para que estabelecesse urgentemente condições em que se reconhecesse a relevância e a dignidade dos arquivos e impedissem as conseqüências funestas advindas da falta de recursos materiais e do despreparo e improvisação do pessoal que aí trabalha.

*

Da Prof^a *Helga Picolo* (UFRGS).

Afirma que o problema dos arquivos é realmente assunto muito sério para o pesquisador. Concorda com a Autora quando esta afirma que há falta de conhecimentos sobre os muitos e bons arquivos existentes por esse Brasil afora; falta de levantamento, e acrescenta, há um zelo, um ciúme às vezes desmesurado por parte dos seus responsáveis, que procuram obstruir o seu acesso, porque pretendem monopolizar certos assuntos sobre os quais tencionam pesquisar, ou então porque têm medo de danificações ou até de desaparecimento de documentos.

*

Da Prof^a *Célia Freire d'Aquino Fonseca* (U.F. de Pernambuco).

Diz que a questão da ausência de pesquisadores brasileiros em relação à História, parece-lhe, não está só em relação à metodologia, mas está ligado, sobretudo, a uma questão econômica. Os americanos são financiados pelo seu governo ou pelas Universidades para fazer essas pesquisas. É claro que, nas condições em que vivem os professores brasileiros, assoberbados de aulas, e os alunos, muitos frequentando o curso noturno porque trabalham para defender um precário nível de vida, é quase impossível ter maior número de pesquisadores. Seria necessário a existência de entidades subvencionadoras.

*

Da Prof^a *Jeanne Berrance de Castro* (FFCL de Rio Claro. SP;).

Inicialmente cumprimenta a Autora pelo trabalho apresentado, que diz ser muito valioso. Sugere que se tome como modelo o Arquivo do Museu de Petrópolis para a futura organização de outros arquivos no Brasil.

*

Da Prof^a *Júlia Folgeras Bécares* (FFCL Três Corações. MG.).

Depois de cumprimentar a Autora pela sua comunicação, pede um esclarecimento: Se no Departamento de Numismática existe um fichário individual das moedas para a consulta dos pesquisadores.

*

Da Prof^a *Dulce Helena A. Pessoa Ramos* (FFCL/USP).

Diz que como sugestão, a fim de suprir a ausência de pessoal habilitado e a falta de verbas que se refere à conservação e ao arranjo dos vários arquivos, propõe aos professores de História, sobretudo aos de História do Brasil, que colaborem com a organização dos documentos; isso poderia ser feito com o encaminhamento dos alunos para os arquivos e resultaria, sem dúvida, em benefícios não só para o acervo (os alunos poderiam, pelo menos, dar início a uma classificação sumária), como também, do ponto de vista didático, para os estudantes (que estariam em contacto diretamente com documentos e os vários problemas de sua utilização).

* *

*

RESPOSTAS DA PROF^a MARIA AMÉLIA PÔRTO MIGUEIS

Ao Prof. *José Pedro Esposel*.

Agradeceu as referências e disse que no momento parecia-lhe que o primeiro passo para se alcançar o que o Prof. Esposel propunha seria a adoção da proposta do Prof. José Roberto do Amaral Lapa. Afinal de contas, continuou, os historiadores são os grandes interessados na preservação da documentação primária e, certamente, o Governo Federal não ficará insensível a uma representação da APUH alertando-o do perigo que corre a elaboração da História nacional, por falta de uma política de defesa desse patrimônio.

*

Ao Prof. *Luís César Bittencourt*.

Diz que o Centro de Pesquisas que será instalado no Museu terá por objetivos, como disse na comunicação, não só estudos sobre Petrópolis, como sobre todo o território fluminense.

*

À Prof^a *Helga Picolo*.

Afirma que as restrições feitas quanto ao “zêlo” dos funcionários que impedem a consultas aos acervos documentais, procedem, certamente, em muitos casos. A solução, todavia, está condicionada a uma mudança de mentalidade face ao valor que representa a documentação primária.

*

À Prof^a *Célia Freire d’Aquino Fonseca*.

Concorda em que condição econômica dos pesquisadores estrangeiros, sobretudo norte-americanos e ingleses, favorece a sua atividade nesse setor. Precisamos, todavia, despertar o interesse dos nossos estudantes pela pesquisa, ao menos, de início, nos repositórios de sua região de origem. Dá um exemplo: os alunos do Curso de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Petrópolis nunca estiveram no Arquivo histórico do Museu Imperial para qualquer tipo de pesquisa.

*

À Prof^a *Jeanne Berrance de Castro*.

Declara que o Museu Imperial dispõe apenas de um apartamento para alojamento de pesquisadores. Não há preferência pelos es-

trangeiros. O que acontece é que, praticamente, os brasileiros não pesquisam. De qualquer forma, o atendimento às solicitações é feito por ordem de data de seus pedidos. O Museu está construindo um novo prédio para sede de suas atividades culturais e administrativas, no qual haverá dois apartamentos para aquele fim.

*

À Prof^a *Júlia Folgures Bécares*.

A paleografia e a diplomática não integram, atualmente, os currículos das Escolas de Biblioteconomia e Documentação que, por outro lado, não se ocupam da formação arquivística. A paleografia aparece, como disciplina optativa em algumas Escolas. Assim, teremos de esperar, ou a criação de Escolas de Arquivos, ou uma reformulação dos atuais currículos das Escolas de Biblioteconomia e Documentação.

*

Ao Prof. *Alfredo Henrique*.

Diz que seria realmente oportuna a iniciativa de uma moção que visasse obter apoio e auxílio do Conselho Federal de Cultura. Mas isso teria de partir dos centros locais, diretamente interessados no auxílio, através dos respectivos Conselhos Estaduais.

*

À Prof^a *Dulce Helena A. Pessoa Ramos*.

Diz que é de fato lamentável a ausência de profissionais habilitados nos quadros dos Arquivos públicos da maior parte do país. Nesta circunstância, fica plenamente justificada a iniciativa de historiadores e professores de História no levantamento das fontes primárias como pudemos verificar neste Simpósio.

*

Ao Prof. *José Roberto Amaral Lapa*.

Afirma que se justifica plenamente a moção no sentido de que a APUH articulasse junto ao Ministério da Justiça a fim de ser localizado o projeto da implantação do Conselho Nacional de Arquivos e apressada a sua aprovação através de legislação adequada.